



O Impacto da Barragem de Itaparica entre os índios Tuxá de Rodelas

Ricardo Dantas Borges Salomão¹

¹ Mestre em antropologia e doutorando no programa de pós-graduação da UFF/RJ

RESUMO

Esse artigo analisa o impacto causado no povo indígena Tuxá de Rodelas pela formação do Lago de Itaparica devido a construção das Hidroelétricas de Paulo Afonso e de Itaparica. O povo indígena Tuxá de Rodelas se localiza no município homônimo, ao norte do estado da Bahia, nas margens do rio São Francisco, limítrofe com o Estado de Pernambuco. O reassentamento realizado pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco CHESF sem discussão e sem a participação dessa população indígena, acarretou fortes e profundos impactos na vida social, cultural, econômica e política dos Tuxá. O trabalho visa analisar o processo de negociação e as conseqüências desse reassentamento.

ABSTRACT

The article examines the impact caused by the formation of Lake Itaparica, due to the construction of the hydroelectric power plants of Paulo Afonso and Itaparica, on the Tuxá indigenous people. The indigenous Tuxá people are from Rodelas municipality in northern Bahia state, along the banks of São Francisco river on the border with Pernambuco state. The resettlement, organized by Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF -, was carried out without discussion or involvement of this population, leading to substantial and profound impacts on the Tuxá's social, cultural, economic and political life. This study aims to analyze the negotiation process and the consequences of the resettlement.

A construção da Usina Hidroelétrica de Itaparica, iniciou-se em 1977 com o objetivo de adicionar ao sistema de geração hidroelétrica da região nordeste aproximadamente 2.500 MW, com uma produção anual de 8 milhões de KWh, buscando resolver o problema de fornecimento de energia elétrica nessa região (Melo 1988: 236). Esse artigo se propõe, através de um relato etnográfico e de entrevistas realizadas durante o trabalho de campo para a produção de minha dissertação de mestrado no ano de 2006, apresentar o impacto no povo indígena Tuxá de Rodelas causado pela inundação de suas terras tradicionais pela formação do lago de Itaparica. Nesse sentido, procuro mostrar esse impacto por uma ótica diferente da análise quantitativa e estatística, refletindo sobre a violência cultural, simbólica e emocional que foram tão fortes e profundas nessa população indígena que nos faz pensar que não há nenhuma compensação econômica capaz de reparar os danos causados pela arbitrariedade da lógica empresarial capitalista que norteou todo o empreendimento. Partindo desses princípios o artigo além de analisar se propõe abrir um espaço para as vozes dessa população indígena.

A inundação causada pelo lago formado pela construção da hidroelétrica de Itaparica e Paulo Afonso, atingiu três municípios no estado da Bahia: Chorrochó, Rodelas e Glória; e quatro em Pernambuco: Belém do São Francisco, Floresta, Petrolândia e Itacuruba. Desses municípios atingidos foram inteiramente alagados os núcleos urbanos de Petrolândia e Itacuruba no território pernambucano; e de Rodelas e Glória no território baiano. Além disso, inundou diversas localidades, povoados e ilhas, onde se encontravam as terras férteis do sertão semi-árido nordestino, que desde o início da colonização eram utilizados para a atividade agrícola e pastoril. Ao longo dos 100 km de margem do rio São Francisco atingidos, e da inundação de cerca de 834 Km², foram deslocadas cerca de 7.000 mil famílias, com uma população aproximada de 40.000 pessoas, entre elas cerca de 200 famílias Tuxá, constituídas por aproximadamente 1.200 índios, que perderam sua aldeia em terra firme, e a Ilha da Viúva, demarcada como terra indígena, onde desenvolviam suas atividades agrícolas e pastoris. A área da Ilha da Viúva, segundo Nasser (1975: 86), era de 3,5 km de comprimento e uma largura que variava entre 200 e 400 metros, com 2.200 m² de área para cultivo. O deslocamento foi extremamente difícil para os índios mais velhos, sendo que vários deles morreram e adoeceram, não suportando o impacto da mudança e de assistir a Ilha da Viúva e a aldeia sendo completamente inundadas.

As negociações sobre o deslocamento compulsório dessa população indígena envolveram do lado do aparelho estatal a CHESF - Companhia Hidroelétrica do rio São Francisco² e a FUNAI - Fundação Nacional do Índio³. Nesse processo, como Brasileiro (2000) observa, foram tomados alguns procedimentos irregulares como a ausência de um decreto presidencial e da identificação de um território, que segundo a legislação vigente que trata da questão da remoção dos povos indígenas de suas terras, teria que ter sido anteriormente definido. Nas primeiras reuniões se cogitou a transferência para fora de Rodelas, pois os terrenos que ficariam disponíveis no município não eram apropriados para a agricultura. Se cogitou, em primeiro, a transferência para a Ilha do Bananal, que logo foi desconsiderada, e em seguida, o deslocamento para uma área no Projeto Massangano, no município de Petrolina, em Pernambuco. A CODEVASF, responsável pelo projeto, privilegiou em detrimento dos Tuxá o assentamento dos médios e grandes proprietários de terra da região.

Outra proposta era criar uma aldeia junto à sede municipal e tomar posse de um terreno à beira do futuro lago, conhecido por “Riacho do Bento”, cerca de 20 km a oeste da Nova Rodelas. O “Riacho do Bento” se caracterizava como área de caatinga, de solo pedregoso e vegetação rala, e entre seus 4.000 hectares, continha uma faixa de terra fértil com cerca de 100 hectares (Melo 1988:237). De uma maneira geral essa proposta reproduzia o mesmo tipo de ocupação da antiga Rodelas, ou seja, um núcleo urbano que seria uma extensão da cidade e um terreno distante onde pudessem trabalhar na agricultura e com a atividade pastoril.

A indefinição e demora na escolha do novo território, abriu espaços para despertar conflitos e interesses diversos entre as lideranças Tuxá. Um grupo liderado pelo Cacique Manoel Eduardo Cruz, conhecido como Cacique Bidu e o pajé Armando Gomes Tuxá, decidiu permanecer na Nova Rodelas esperando e acreditando que a CHESF resolveria o problema da aquisição das terras. A decisão foi motivada

² Os funcionários da CHESF durante os quatro meses de pesquisa, embora sempre me atendessem de forma cordial e gentil, evitaram de todas as formas o acesso a documentos da companhia sobre os Tuxá, assim como seus diretores evitaram conceder entrevistas sobre o caso.

³ Gostaria de agradecer a Administração Regional da FUNAI de Paulo Afonso que disponibilizou para pesquisa e consulta todos os documentos que tinham arquivados sobre o processo de reassentamento dos índios Tuxá.

principalmente devido à sua ligação afetiva, emocional e histórica com a região e o antigo território indígena, como aparece num depoimento do Cacique Bidu:

“Fizeram questão para todo mundo sair daqui. Fizeram questão de pessoas incentivarem de ir embora daqui. Nós tivemos balançado para ir embora daqui. Fomos em dois municípios procurar local. Não agradou. Ficava uma coisa por trás, dizendo para gente, não faça isso. Na outra viagem, o pajé veio e disse:

- ‘sabe de uma coisa, vamos ficar lá mesmo. Terra ali é memorada’, como dizia uma cabocla velha que tinha ali.

- ‘a lei não é morada. Lá está o que é nosso, os brancos é que vão usufruir, e nós é que vamos ficar jogados. Não, isso não está certo. Isso não está certo, nós vamos é ficar.’

Ficamos aqui. Vieram uns sertanistas, mandado pela FUNAI, e inclusive pela CHESF, para nos tirar daqui.

- ‘Não! Estamos decididos.’”

Antes disso, eu e mais o pajé, já tínhamos procurado um presidente da FUNAI, se nós tínhamos o direito de opinar para ficar aqui. Ele disse:

- ‘Toda a assistência tem. Não muda nada.’

- ‘Então vamos ficar em Rodelas, que vai ter toda a assistência. Vamos nos aquietar.’

O povo fez aquele reboiço, foi embora para aqui, para lá, para acolá. Eu disse:

- ‘Eu não vou não.’

‘Ah! Vai se acabar porque ficou tudo debaixo d’água’

Aí ficaram incentivando uns aos outros. Veio os próprios políticos no meio da gente. E família contra família. Família que ia , ia viver. Quem ficava era para morrer. É que eles iam viver, nós íamos morrer. Se um dia chegasse lá não tinha apoio. Porque não quis acompanhá-los.”

Outro grupo, liderado pelos índios Manoel Novaes e Raul Valério, questionou a qualidade e produtividade das terras do “Riacho do Bento”, formadas por terreno

de “tabuleiro”, e reivindicou terras preservadas localizadas na margem do rio São Francisco, sendo assentados nas fazendas “Morrinhos” e “Oiteiros”, próximos ao núcleo urbano da cidade de Ibotirama, no estado da Bahia. Um terceiro grupo, bem menor do que os outros dois, e que residiam em Itacuruba, se instalaram provisoriamente no município de Inajá, e decidiram continuar nesse mesmo município e esperar a CHESF adquirir uma terra para assentá-los. As desavenças e conflitos entre esses diferentes grupos foi tão grave que as famílias Tuxá que com alguns anos, ou até meses, não se adaptaram viver em Ibotirama e resolveram retornar para Nova Rodelas, não foram aceitas dentro da aldeia independente do grau de parentesco.

Num convênio estabelecido ente a FUNAI e a CHESF, consta das obrigações da companhia o reassentamento das famílias até o dia 30/12/87. E distingue o acordo para os dois grupos:

“2.1 - No município de Ibotirama:

Aproximadamente 2.050 ha (dois mil e cinquenta hectares) das Fazendas “Morrinhos” e Oiteiros, situadas a cerca de 15 (quinze) quilômetros ao norte da sede municipal, já adquiridos pela CHESF, conforme escrituras públicas de compra e venda lavradas em 18 de fevereiro de 1986 e registradas no ofício imobiliário da respectiva Comarca e destinadas ao reassentamento de 96 famílias.

2.2 – No município de Rodelas para reassentamento das 82 famílias restantes:

a) aproximadamente 4.000 ha (quatro mil hectares) destinados à Reserva Indígena, situados no lugar Riacho do Bento, 20 km a montante da nova sede municipal;

b) quadras 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46 e 47 do Ploano Urbanístico da nova cidade de Rodelas, compreendendo uma área aproximada de 78.660 m² (setenta e oito mil, seiscentos e sessenta metros quadrados) destinados à Aldeia, e mais 30 (trinta) hectares de áreas adjacentes.”

Numa cláusula seguinte, a CHESF garantia a construção de:

“Na Reserva Indígena de Ibotirama:

Posto de saúde / Escola Rural / Casa de Religião / Cemitério / Poço Artesiano / Casa de Farinha

Na Aldeia ou Reserva ou Reserva Indígena de Rodelas:

Posto Indígena / Posto de Saúde / Casa de Religião / Casa de farinha / Prédio para beneficiamento de arroz / Cemitério”.

Na implementação dos projetos agrícolas, a CHESF, assegurava a *“construção de estrada de acesso; infra-estrutura de energia elétrica; captação, adutora e distribuição de água para irrigação e consumo humano; implementação das áreas de cultivo mediante a limpeza e deslocamento, de acordo com a orientação técnica a ser indicada pelos projetos em elaboração; infra-estrutura necessária à irrigação, canais, valetas, bombas, equipamentos, etc.. de acordo com o que for definido nos projetos; Elaborar e implementar projeto integrado de pecuária e pesca para a comunidade de Rodelas.”*

À FUNAI seriam ainda destinados:

“recursos para assegurar a continuidade dos projetos de irrigação, compreendendo a orientação técnica, de acordo com o programa a ser apresentado pela FUNAI e aprovado pela CHESF, necessários à consolidação do reassentamento da comunidade, pelo prazo de 5 (cinco) anos, a partir da implantação dos projetos agropecuários.”

Às *“famílias reassentadas”* em Ibotirama que já estavam com terras garantidas para o cultivo irrigado, ficou destinado um salário mínimo até nove meses após a implantação do projeto de irrigação definitivo. Para as *“famílias não reassentadas”* que ficaram na Nova Rodelas, seriam destinados 2 ½ salários mínimos, a partir da data de sua transferência, também com o limite de até nove meses após a implantação do projeto de irrigação definitivo. De uma maneira geral os índios Tuxá se encontraram despreparados, e ao mesmo tempo não receberam nenhuma assessoria, para enfrentar e negociar seu deslocamento compulsório, que foi realizado com muitas promessas por parte da CHESF, de criar condições para sua reprodução social e econômica como relata o Cacique Doutor:

“A questão da CHESF é assim, quando começou a dizer que ia fazer a barragem ai sempre ia iludir a gente da Viúva⁴. Vinha aquele helicóptero, parava, aí conseguia conversar com a gente, se unia lá e ficava conversando. Aí disse:

- ‘olha, vocês tem que sair daqui porque é o governo que está mandando, porque essa barragem vai servir pra vocês mesmo e vocês não vão sofrer nada’.

E daí ficou levando nós no papo, está muito bom:

- ‘Quando for com seis meses vocês não vão sentir nada, com seis meses vocês vão chegar, trabalhar, vão deixar tudo pronto, está bom’.

- ‘Aí, quando vai sair?’

- ‘Não, vai sair logo’.

Aí quando nós estávamos trabalhando porque naquele tempo ficou demorando, nesse tempo o helicóptero pousava. Quando chegou um tempo ele disse:

- ‘Agora chegou o tempo que vocês tem que parar de plantar, ai vocês tem que parar agora de trabalhar’.

Paramos de trabalhar, aí eu fiquei esperando, aí passou um tempo, ai disse:

- ‘agora é o seguinte, não podia mais trabalhar, aí disse, quando vocês chegarem lá vocês não vão sofrer nada, porque vocês vão ter a ração de suas cabras, se vocês tem seus gados, suas cabras, todos esses bichos que vocês tiverem nós vamos dar ração. Está bom’.

Não recebemos ração, tudo que nós trouxemos morreu, tudo, tudo que nós trouxemos só foi de água a baixo e hoje esperamos. O que era pra ser mesmo, não aconteceu nada

Em 1997, a questão da aquisição de terras para os Tuxá que resolveram permanecer em Rodelas ainda não tinha sido resolvida. Com esse objetivo a CHESF cria diante da possibilidade de sua privatização, o GERPI, Grupo Executivo para Conclusão do Projeto de Reassentamento das Populações da Usina Hidroelétrica de Itaparica, subordinado à Câmara de Políticas de Infra-Estrutura da Presidência

⁴ Ilha da Viúva.

da República, com o objetivo de solucionar os problemas gerados pela companhia no reassentamento das famílias atingidas pela construção da barragem de Itaparica. Nesse período, dez anos após a remoção dessas famílias, somente 35% dos projetos de irrigação estavam concluídos (Brasileiro 2000). O GERPI começa a propor o pagamento de indenizações às famílias removidas, ao invés de continuar o financiamento da implementação dos projetos de reassentamento irrigados.

A partir do envolvimento do Ministério Público Federal em 1991, acionado por denúncias feitas pela FUNAI sobre o não cumprimento das metas e prazos estabelecidos no acordo firmado com a CHESF em 20/11/87, foram realizadas diversas reuniões entre a procuradoria e companhia, onde firmam um novo acordo em 25/05/94. Esse seria o terceiro acordo firmado, os dois anteriores foram realizados em 25/07/1986 e em 20/11/87, o único realizado com a participação da comunidade (Brasileiro 2000). A CHESF, como previsto no convênio, seria responsável para destinar recursos para a FUNAI formar um corpo técnico para reelaborar o Programa Tuxá de Rodelas e o Programa Tuxá de Ibotirama. Nesse mesmo ano é descartada a aquisição das terras no “Riacho do Bento”, tanto pela sua distância da aldeia Tuxá, cerca de 25 Km, que inviabilizaria sua visita diária, como pela má qualidade do solo para o desenvolvimento da atividade agrícola. No ano de 1997 os consultores apresentam um novo estudo propondo novamente a posse dessas mesmas terras, desde que fossem tomados diversos procedimentos técnicos para solucionar o problema da infertilidade do solo para produção agrícola. As datas para a identificação e delimitação da área, bem como da elaboração do Programa Tuxá de Rodelas terminam sendo prorrogadas e adiadas. Cria-se a T.A.C. - Termo de Ajustamento de Conduta - procurando solucionar assuntos pendentes do acordo entre a CHESF e o povo indígena Tuxá. Em agosto de 1998, o Grupo Técnico responsável pela identificação e delimitação do “Riacho do Bento”, apresenta e entrega a FUNAI a identificação da terra e o montante equivalente a Terra Indígena Tuxá de Rodelas de acordo com os critérios da Portaria 14 de 09.01.1996, para o parecer do seu presidente. Nesse relatório final delimitou uma área rural com 6.998 hectares e uma área urbana com 152 hectares (Brasileiro 2000). Somente em janeiro de 1999, desrespeitando o prazo de 15 dias estabelecido pelo Decreto nº 1775, de 8 de janeiro de 1996, que trata do processo de regularização das terras indígenas, o relatório da Terra Indígena Tuxá de Rodelas é aprovado e encaminhado à CHESF.

Em março de 1999, a equipe técnica contratada para a elaboração do Programa Tuxá de Rodelas, da Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional – FADURPE -, encaminha à CHESF e à FUNAI uma “Proposta Técnico-Econômica para Elaboração do Programa de Gestão Territorial Tuxá-Rodelas”. A morosidade e os sucessivos adiamentos dos procedimentos necessários por parte do GERPI, CHESF e FUNAI para solucionar o problema do reassentamento dos índios Tuxá de Rodelas, e incentivado pelo “*GERPI em conversas de bastidor, fermentava no seio da comunidade tuxá de Rodelas a ‘opção’ do recebimento em espécie, em detrimento do projeto de irrigação*” (Brasileiro 2000).

Com o descrédito em suas autoridades tradicionais, devido ao longo processo de negociação, e com a descrença que a CHESF resolveria a questão fundiária após 12 anos do deslocamento compulsório, parte da população dos índios Tuxá de Rodelas resolve aceitar a proposta da CHESF de receber uma indenização em espécie, ao invés da implementação do projeto. A comunidade Tuxá de Rodelas se divide em dois grupos, a saber: um a favor da implementação do projeto irrigado liderado pelo cacique Bidu, e o outro grupo a favor do recebimento em espécie, liderado pelo cacique Anselmo, constituído de advogado próprio, chamado de Grupo União. Segundo levantamento realizado pela FUNAI, o Grupo Bidu era formado por 328 índios divididos em 87 famílias residentes na aldeia, e por 118 índios divididos em 29 famílias residindo fora da aldeia; enquanto o Grupo União era formado por 129 índios divididos em 32 famílias residentes dentro da aldeia, e 120 índios divididos em 32 famílias residentes fora da aldeia. Em 2001 após Ministério Público Federal entrar com uma Ação Civil Pública contra a CHESF, que resistiu de todas as maneiras possíveis, os índios Tuxá conseguem o direito de estender o pagamento da V.M.T. às novas famílias Tuxá constituídas.

O reassentamento do povo Tuxá foi concluído em 1988, e até agora, 21 anos depois, a CHESF não viabilizou os 4.000 ha estabelecidos no convênio de 1987. Alguns Tuxá aplicaram o dinheiro das indenizações dos seus roçados e benfeitorias comprando imóveis na área urbana de Rodelas, ajudando com o aluguel desses imóveis o orçamento doméstico, mas a grande maioria gastou o recurso das indenizações com bens de consumo doméstico como eletrodomésticos, ou com aquisição de motos. Após quase vinte anos do deslocamento para a nova aldeia

na nova cidade de Rodelas, o povo Tuxá, embora tenham obtidos bens de consumo domésticos que antes não tinham acesso, encontra-se em condições de produção e reprodução social em patamares inferiores à encontrada antes da construção da barragem de Itaparica, sobrevivendo exclusivamente da V.M.T. – Verba de Manutenção Temporária - que recebem da CHESF, que depois se transformou em P.T.S. – Provisão Temporária de Subsistência. Há uma grande “ociosidade” entre os Tuxá, devido a falta de terra para desenvolverem atividades econômicas, e a falta de oferta de empregos que atinge todo o município de Rodelas, que vive basicamente dos recursos pagos pela CHESF à prefeitura devido a inundação de seu território.

O lago de 843 km² alterou profundamente todos os aspectos da vida social e cultural dos índios Tuxá. Em primeiro lugar, até poucos anos integrantes dos dois grupos Tuxá, os de Ibotirama e os de Rodela, não estabeleciam nenhum tipo de contato, devido as brigas e discussões anteriores. Muitos laços familiares e de compadrio se cortaram e se transformaram em inimizades. Esse processo de reassentamento gerou discórdias profundas tanto internamente nos grupos de Ibotirama e Rodelas, devido ao difícil processo de negociação com a CHESF, como entre as famílias que estão desaldeadas e aldeadas na Nova Rodelas. Essas famílias desaldeadas na cidade de Rodelas tem duas procedências: umas são famílias de não índios casados com índias que na época do deslocamento preferiram ganhar uma indenização maior, ganhar uma casa fora da aldeia, e abrir mão de participar de um projeto coletivo Tuxá de reassentamento; e famílias que não se adaptaram a vida em Ibotirama e resolveram retornar para Nova Rodelas, e que não foram aceitas dentro da nova aldeia. Essa divisão aparece em diversas falas dos diversos grupos familiares Tuxá, sempre criando uma oposição entre uma “*vida simples e pobre porém unida do passado*”, com a vida “*rica mas desunida dos dias de hoje*”.

As alterações do meio ambiente após a formação do lago de Itaparica modificou também profundamente todos os costumes sócio-culturais e econômicos do povo Tuxá. Se extinguiram as capivaras, saracuras e jacarés assim como diversas espécies de peixes que costumavam pescar. O conhecimento que tinham sobre como e onde pescar nas correntezas do rio São Francisco não funciona mais devido as alterações no meio ambiente e no habitat dos peixes, como conta o Cacique Bidu:

“ É uma calamidade para o povo Tuxá, porque os jovens que vieram criança, não tem mais aquele amor a pesca, a caça, a terra. Porque lá nós tinha tudo. Porque a pesca, nós sabia como lidar, como pescar, a hora do peixe, como atrair o peixe, várias maneiras a gente tem de atrair o peixe na água corrente, nas cachoeiras, na noite, de dia, tudo a gente sabia a hora de pegar o peixe. Hoje ninguém sabe, mudou tudo. A caça nas ilhas pequenas, nos ilhotes, a gente sabia como caçar, capivara, camaleão, jacaré, saracura, e outras caças pequenas. Não ia para o mato não, era nas ilhas pequenas. Na dormida, nas ilhas pequenas, e tudo a gente ia e a gente encontrava. Trazia para casa. Hoje a mudança é tão grande, que nós vivemos no supermercado comprando um quilo de alimento na hora que falta dentro de casa, porque não tem para onde apelar. Não tem mais caça, não sabemos mais pescar em águas paradas porque é muito perigoso, nós sabia sim na água corrente, que nós nascemos conhecendo aquilo ali.”

Tanto as atividades de pesca como as de caça ou mesmo a produção de farinha eram feitas coletivamente. Também foram extinguidas diversas plantas medicinais do conhecimento tradicional Tuxá que eram encontradas na várzea e nas ilhas do rio, gerando uma desestruturação nas práticas e conhecimentos medicinais tradicionais Tuxá, como relata o Pajé Armando:

“Essas árvores aí, tudo era umas árvores, que o cabra chegava com uma dor de barriga, com um negócio, com uma coisa ruim, chegava tirava uma casca, uma folha fazia um chá, aquilo ali desaparecia na hora. O cabra não sentia mais nada. Eu digo nós perdemos isso tudo, e outras coisas também que ... erva que se tirava lá do rio, dentro d’água, nas pedras, nos carreiros, esse rio todo era cheio de carreira, cheio de pedra nesse rio aí. Às vezes para curar o povo, eles iam buscar lá. Aquele serrote mesmo, embaixo no pé dele, tinha assim um bolo de terra, virado para lá, um bolo de terra que eles tiravam também as ervas, para curar o povo. Fazer remédio para curar o povo e os índios mesmo, para quando o índio precisava. Isso tudo nós perdemos por causa da barragem. Aqui na mata, onde tem todo

o remédio, que a Pequena⁵ curava o povo, perdido também. Nesses lugares, foi aonde fizeram os projetos, pronto acabou com o remédio. Saia aí no mato atrás de um remédio, não encontrei, porque? Porque no lugar aonde tinha as ervas, foi onde fizeram os plantios. Plantaram coqueiro, plantaram mangueira, plantaram isso, plantaram aquilo. Isso tudo nós perdemos. Hoje para encontrar um remédio aqui para fazer para uma pessoa, a gente roda, a pessoa roda para fazer um remédio. Porque não tem mais. Tem que a CHESF dá a nossa terra , para ver se isso ainda vai um dia se criar.”

O povo Tuxá era conhecido pela sua autonomia e dedicação ao trabalho agrícola, qualidades que os mais velhos sempre falam com orgulho. Toda essa desestruturação de antigas práticas econômicas dos Tuxá, também desestruturaram o sistema de educação informal, onde os *índios jovens* começavam a acompanhar os pais desde de criança, aprendendo práticas e costumes tradicionais (Cabral Nasser 1975: 97). Essa ruptura com antigas práticas e conhecimentos tradicionais Tuxá, afetou a auto estima do grupo, e criou conflito também entre as diferentes gerações Tuxá. Esse conflito aparece por exemplo na questão da profunda relação com a terra que os mais antigos tem, diferente dos Tuxá mais novos, que cresceram sem poder trabalhar na agricultura ou na atividade pastoril, ou praticar atividades de caça e de pesca do qual se orgulhavam. Essa relação com a terra não é constituída somente pelo caráter utilitário e econômico, mas envolve relações psico-afetivas e mítico-simbólicas, sempre presentes em depoimentos como o do Cacique Bidu:

“A minha indignação, minha e de meus companheiros, com a mudança , todo mundo sobrevivia dali. E dali nós estávamos dando continuidade dos nossos filhos. A cuidar da terra, a lidar com a terra, a ter amor a terra, ter amor a produção. Que ali nós tínhamos produção para comer, jogar, dar, tudo com fartura. Porque era uma terra Santa. Terra que não se cansava de produzir. Uma ilha, uma terra, que quanto mais o povo crescia, mas a produção aumentava. Uma coisa terminada por Deus, e por nosso protetor. Com as

⁵ Cabocla Pequena era uma importante “mestra” Tuxá e curandeira.

mudanças da barragem, nossos filhos, perderam amor do convívio, da natureza. De nossa terra, perderam a vocação para trabalhar. Eu conto da minha casa, meu penúltimo filho, tinha 12 anos, já vivia lidando com a terra, ajudando na produção de arroz. Mudando arroz. Tirando o arroz da roça para o ponto da colheita, para limpar o arroz. Plantava cebola. E eu cavava cova, e ele colocava a sementinha ali na cova, passava o pé e cobria. Hoje é pai de dois filhos e não teve mais contato com a terra. Perdeu o amor. Tudo isso foi danos causado por essa empresa.”

Acompanhando seus pais quando meninos, aprendiam não só as técnicas referentes às atividades econômicas como pesca, caça e agricultura, mas também as histórias orais sobre o povo Tuxá, os seus conhecimentos específicos, como por exemplo, sobre o rio São Francisco, e de sua relação mágico-religiosa com a natureza de uma maneira geral. Enfim, nesse processo eram transmitidos conhecimentos específicos que os distinguiam enquanto um grupo étnico diferenciado, e que estavam intimamente relacionados com a identidade Tuxá. O impacto também atingiu a esfera religiosa, onde existe uma relação profunda entre a crença no contato com os espíritos ancestrais indígenas, os objetos que usavam e que ainda são encontrados e reverenciados como os cachimbos, que chamam de malakos, e a ancestralidade da terra que ocupam, como comenta o Cacique Bidu:

“Tudo isso foi prejuízo para o Povo Tuxá. A ciência oculta se enfraqueceu. Por consequência da barragem de Itaparica. A cultura, a ciência e a religião, hoje não são mais como eram. Por consequência da barragem de Itaparica. Com seus pertences que viviam lá entocados, foram retirados da terra, e outros, ficaram submersos debaixo da água, ficaram sem força. O que foi tirado não se encontra aqui dentro da sua área, na nova aldeia. Tiraram para os museus, perdeu a força. Isso foi um prejuízo enorme para o povo Tuxá, a sua crença e tradição, os seus conhecimentos, de religião. Disse em reuniões passadas que isso foi, isso faz parte dos danos que ela causou. Que deveria ser compensado, muito bem compensado, pelos danos morais que ela causou, não foram só danos pessoais, danos morais

aonde envolve a religião do nosso povo. O morro mestre aonde era o reinado, está submerso. Acredito que não saíram de lá, porque ele não desapareceu todo, está pela metade. Mas os pertences que eram dos antigos, os restos mortais que eram dos antigos que estavam ali, que eles frequentavam, os espíritos mortais que frequentavam, os restos mortais que estavam ali, os seus pertences que estavam ali. Que quando o índio morria os seus pertences eram todos enterrados, que ele usava. A sua sabedoria, sua crença, a sua religião. E foi retirado a parte que não se encontra mais aqui, está no museu por aí, e o que não foi encontrado ficou submerso por debaixo das águas, aí enfraqueceu a religião. Mas o que resta ainda , a gente está preservando, tá continuando, e estamos fazendo para dar continuidade ao futuro desses jovens, essa religião.”

A noção de “enfraquecimento da força Tuxá”, expressão usada pelos índios está relacionada com todas essas mudanças sociais, econômicas e culturais que sofreram com o reassentamento. Durante a pesquisa ficou claro que as relações psíco-afetivas e mítico-simbólicas dos Tuxá com o local que habitavam, e que estão intimamente relacionadas com seu modo de ser e de viver, foram completamente desconsideradas pela CHESF ao tratar da questão do reassentamento compulsório dessa população indígena. Além do econômico, esses fatores também foram negligenciados no momento de elaborar os estudos dos impactos das mudanças geológicas e suas implicações nos domínios socio-culturais e econômicos do deslocamento do povo Tuxá, que focavam somente os aspectos práticos dessa mudança, orientados por uma lógica específica da sociedade empresarial capitalista.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, S. ; DAGNINO, E. ; ESCOBAR, A. Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latinos –Americanos: Novas Leituras. Belo Horizonte: Editora UFMG: 2000.

ARAÚJO, M. L. C. ; NETO, M. C. ; LIMA, A. E. V. (org). Sonhos submersos

ou desenvolvimento? Impactos da barragem de Itaparica, Recife. Editora Massangana: 2000.

BARTH, Fredrik “Os grupos étnicos e suas fronteiras”. In: O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro. Contra Capa: 2000

- “A análise de cultura nas sociedades complexas”. In: O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro. Contra Capa:2000

BRASILEIRO, S. O Processo de Reassentamento do Povo Tuxá. 2000

CABRAL NASSER, E. M. Sociedade Tuxá. Dissertação de mestrado apresentada à Coordenação de Pós-Graduação em Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. 1975

CARDOSO DE OLIVEIRA, - “Identidade étnica, identificação e manipulação”. In: Identidade, etnia e estrutura social / São Paulo: Pioneira Editora: 1976

FRIEDMAN, J. History and the politics of identity, in Cultural Identity & Global Process. London / Thousand Oaks / New Delhi: SAGE Publications: 1994.

HANNERZ, U. “Fluxos. Fronteiras e Híbridos: Palavras-chaves da Antropologia transnacional”. Mana. 3(1): Rio de Janeiro: Contra Capa:1997.

KYMLICKA, W. Multicultural Citizenship: A liberal theory of minority rights. Oxford, Clarendon Press: 1995.

LINNEKIN, J. Defining Tradition: variations on the Hawaiian Identity in American Ethnologist, 10: 1983. p. 241 – 252

MARQUES, Juracy. Cultura material e etnicidade dos povos indígenas do São Francisco afetados por barragens: Um estudo de caso dos Tuxá de Rodelas. Tese de Doutorado. UFBA. 2008

MELO, R. M. C. (1988) Índios e Barragens: O caso Tuxá em Itaparica em Caderno

de Estudos Sociais, 4n.2, jul/dez. Recife. 1988. p.235-244.

NASSER, N. A. S. Economia Tuxá, dissertação de mestrado apresentada á Coordenação de Pós-Graduação em Ciências Humanas da Universidade federal da Bahia. 1975

OLIVEIRA, J. P. “A problemática dos ‘índios misturados’ e os limites dos estudos americanistas: um encontro entre antropologia e história”. In: Ensaio em antropologia histórica / UFRJ: 1999.

- “Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais”. In: Oliveira, J. P. (org) A Viagem de Volta: Etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena; Rio de Janeiro, Contra Capa, LACED: 2004.

- (org) A Viagem de Volta: Etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena; Rio de Janeiro, Contra Capa, LACED: 2004.

ROSA, L. P. ; SIGAUD, L. ; MIELNIK, O. Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares. Aspectos econômicos e tecnológicos, sociais e ambientais. São Paulo , Marco Zero / CNPq: 1988.

SILVA, O. S. Tuxá: índios do Nordeste, São Paulo, Annablume: 1997.

WEBER, M. “Comunidades Etnicas”. in Economia y Sociedad / Fondo de Cultura Economica. Mexico: 1997.